

28 SET 1990

Credor suspende empréstimos a bancos para pressionar governo

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — Várias instituições financeiras do país receberam esta semana uma comunicação dos bancos credores avisando que não terão renovados as linhas de financiamentos de curto prazo. Essas linhas atendem as operações de importação e exportação e interbancárias e faz parte da estratégia de pressões para que o governo brasileiro recue de suas posições em relação à renegociação da dívida externa e pague parte dos juros atrasados. O Banco Central confirmou a ameaça de corte dessas linhas e considera que o momento foi escolhido justamente porque as principais autoridades econômicas brasileiras se encontram nos Estados Unidos para reuniões com representantes da comunidade financeira internacional.

Na opinião de funcionários do BC, os credores estão se utilizando do único mecanismo de pressão de que dispõem para forçar o governo a mudar sua posição de somente pagar os juros atrasados, que já chegam a US\$ 8,5 bilhões, dentro de um acordo global da dívida. "Como não podem fazer nada em relação aos juros devidos, eles invocam o fim das linhas de curto prazo", analisa um funcionário. Na prática, o corte de financiamento significaria graves dificuldades de

sobrevivência para as agências de bancos brasileiros no exterior, que ficariam com o caixa a descoberto, sem recursos para honrar compromissos.

Mesmo não acreditando na concretização da ameaça dos credores, funcionários do BC com longa experiência em assuntos da dívida externa não escondem que este tipo de comportamento cria uma enorme tensão nos bancos brasileiros que operam lá fora. Para acirrar ainda mais a guerra de nervos, os credores reduziram drasticamente nas últimas semanas o prazo de financiamento dessas linhas, que caiu de seis meses para no máximo 30 dias: assim, os bancos dependentes dos créditos passam por um susto a cada mês, na data do vencimento das linhas. "Isso tem um enorme poder de criar pânico entre os bancos brasileiros. O governo, porém, não está disposto a ceder à pressão", garantem os funcionários do Banco Central, a exemplo da postura do primeiro escalão do governo.

A razão da segurança dos negociadores brasileiros em relação à manutenção das linhas está vinculada à certeza de que não interessa aos credores partir para uma posição de confronto. "Uma represália deste tipo ao não pagamento da dívida impossibilitaria qualquer alternativa de solução. Os bancos credores também estão querendo uma saída negociada", assegura o funcionário do BC. Se o

Brasil tivesse que socorrer seus bancos lá fora ficaria com menos reservas disponíveis no caixa, que hoje somam US\$ 8 bilhões.

As linhas de curto prazo — comerciais e interbancárias — estão previstas em acordo da dívida externa brasileira. As comerciais, no valor de US\$ 11 bilhões, são empréstimos de bancos estrangeiros a bancos brasileiros para financiamento de importações e exportações brasileiras. As interbancárias, de US\$ 3 bilhões, são recursos que sustentam o giro diário das operações financeiras das agências dos bancos brasileiros no exterior. Este financiamento é necessário porque desde que o Brasil deixou de pagar os juros da dívida externa contrai-da junto a bancos brasileiros, que é de US\$ 6,5 bilhões, eles ficaram sem recursos próprios para operar no exterior.

Para cobrir a diferença do valor dos financiamentos das linhas interbancárias e dos créditos a serem recebidos do governo brasileiro, as agências brasileiras utilizam US\$ 3,5 bilhões das linhas comerciais para fazer caixa, ao invés de destiná-los ao crédito comercial. Isso significa que a não-renovação das linhas deixaria as agências dos bancos brasileiros no exterior a descoberto em US\$ 6,5 bilhões. "Seria impossível para o governo socorrer estes bancos", admitem funcionários do BC.